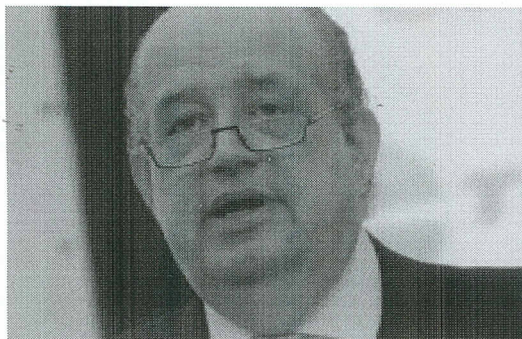


30/05/2016 - 05:00

Estados procuram novos instrumentos

Por Roberto Rockmann



Newton Azevedo: "Menos de dez das empresas estaduais tem capacidade de obter financiamento"

O aperto fiscal e a recessão têm reduzido os investimentos em saneamento, o que torna ainda mais distante a meta de universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. O cenário, agravado pela crise hídrica que atingiu grandes metrópoles recentemente, pode destravar um novo ciclo de investimentos privados, seja por concessões, seja por Parcerias Público-Privadas (PPPs).

"Houve uma acentuada queda dos investimentos, o que cria ainda mais dificuldades para uma área tão carente", diz Claudio Frischtak, sócio da Inter.B Consultoria.

No ano passado, a estimativa é de que o setor tenha recebido R\$ 7,5 bilhões, 32% abaixo de 2014. Neste ano, com base em um deflator de 4% e PIB nominal de R\$ 6,14 trilhões, a estimativa é de R\$ 11,1 bilhões. Em relação ao PIB, o total estimado aplicado, em 2015 e 2016, chegaria a 0,13% e 0,18%, respectivamente, abaixo da média de 0,19% entre 2011 e 2014 e bem inferior aos recordes 0,46% investidos entre 1971 e 1980, segundo projeções da Inter.B Consultoria.

O aperto fiscal está levando os Estados a buscar saídas, segundo Yaroslav Memrava, responsável pela área de relações com os investidores da Aegea. No Piauí, o governo lançou um edital de subconcessão para gestão do saneamento na capital, Teresina, em um contrato para explorar os serviços por 31 anos, com investimentos de R\$ 1,7 bilhão. Em Mato Grosso do Sul, o governo estuda lançar um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para uma PPP com a companhia local Sanesul. No Pará, estuda-se a subconcessão de serviços de água e esgoto para municípios da região metropolitana de Belém, com recursos que poderiam vir de royalties da mineração.

No Rio de Janeiro, o governo montou grupo de trabalho para analisar uma alternativa para elevar a cobertura de esgoto na Baixada Fluminense e na porção leste da região metropolitana. A Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP) foi contratada para preparar o estudo de viabilidade econômica do projeto, que poderia ser feito por PPP, concessão ou uma parceria entre os diversos municípios da região. Estima-se que o projeto, que deve ser apresentado até o fim do semestre, alcance R\$ 3 bilhões em investimentos.

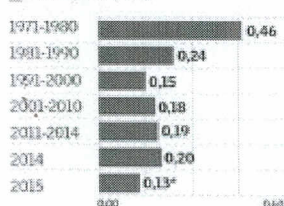
"Apesar do aperto fiscal, o setor conta com um trunfo: as contas de água e esgoto são recebíveis que podem ser usados para financiar projetos", diz Memrava. Outra alternativa é firmar acordos de desempenho com a iniciativa privada, que seria remunerada por projetos que contemplem melhorias operacionais com aumento de receita,

sendo que o pagamento se daria com parte dos ganhos obtidos com as medidas adotadas pelas empresas contratadas.

Em queda

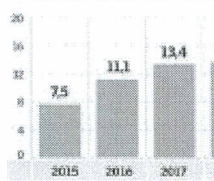
Investimento em saneamento

Total (% do PIB)



Investimento estimado

Total em R\$ bilhões nominal



Fonte: Estatísticas Concessionárias. * Estimativas

Neste ano, com as eleições municipais em outubro, não se esperam muitas concessões, mas esse é um negócio que poderá ser promissor a partir de 2017. Estimativas apontam que, dos pouco mais de 5,5 mil municípios, cerca de 1.200 não possuem companhias próprias de saneamento, o que mostra o potencial de parcerias na área. O setor privado tem cerca de 10% de participação. Em dez anos, pode chegar a 30%.

Para Newton Azevedo, governador do Conselho Mundial da Água, o cenário atual pode reduzir os investimentos públicos e tornar ainda maiores as dificuldades das estatais de obter recursos e melhorar sua gestão. Um entrave é a incapacidade de boa parte das 25 companhias estaduais para tomar empréstimos de bancos públicos como o BNDES e a Caixa. "Menos de dez dessas empresas têm capacidade de obter financiamento."

Um exemplo está em Alagoas: a Casal, empresa local, convive com um passivo de cerca de R\$ 1 bilhão e patrimônio líquido negativo, o que a impede de tomar empréstimos de bancos públicos. O caixa da concessionária alagoana enfrenta outros dois problemas: a inadimplência atinge 10% das contas de água e muitos clientes atrasam o pagamento; há 20 anos a tarifa não remunera a parcela de investimentos, mas apenas a operação e manutenção dos serviços. O caixa teve aperto maior, com a alta da energia, um dos dois maiores custos operacionais das empresas, chegando a responder por 15% das despesas de uma concessionária.

Para buscar maior eficiência no setor, o governo federal quer envolver os municípios no planejamento das ações. Até 31 de dezembro de 2017, dois anos depois do prazo inicialmente estabelecido, as prefeituras devem enviar seus planos de saneamento, requisito essencial ao acesso a recursos de bancos estatais. A mudança de data busca evitar a descontinuidade de investimentos no setor, o que prejudicaria, em especial, os municípios mais carentes e as populações em áreas periféricas e de assentamentos precários, nas quais estão identificados os maiores passivos em saneamento, segundo o Ministério das Cidades. "Não obstante, muitos municípios já elaboraram seus planos, e estudaremos o que será possível fazer para colaborar com os municípios que ainda não o conseguiram", informa o Ministério.

Novas tecnologias devem ganhar espaço no mercado e novas empresas deverão investir no país. A Cedae, que atua no Rio, iniciou estudos preliminares de projetos de dessalinização de água. "Isso é algo que o Brasil pode utilizar no futuro e, como temos essa tecnologia em outros países, estamos observando as carências do país", diz Gabriel Toffiani, presidente da Suez para a América Latina.

Para universalizar os serviços de água e esgoto seriam necessários investimentos de cerca de R\$ 300 bilhões em 20 anos, ou R\$ 15 bilhões anuais até 2033, como estabelece o Plano Nacional de Saneamento, meta considerada difícil de ser atingida até pela própria União, pois o investimento público e privado não passa de cerca de R\$ 10 bilhões por ano. Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que o país precisará investir cerca de R\$ 275 bilhões até 2033 para resolver o déficit de saneamento. No ritmo atual de investimentos, a universalização ocorrerá apenas em 50 anos.

30/05/2016 - 05:00

Lava-Jato impulsiona transferência de ativos no setor

Por **Roberto Rockmann**

(Atualizada às 11h27) Executivos do setor de saneamento, de bancos de investimentos e advogados vivem dias agitados. Nos próximos meses, principalmente pelos desdobramentos da Operação Lava-Jato, uma série de ativos deverá trocar de mãos, no maior processo de transferência desde o início da participação privada no setor, na metade da década de 1990. Atualmente as seis maiores empresas do segmento - OAS, GS Inima, Odebrecht, Águas do Brasil, Aegea e CAB Ambiental - concentram cerca de 95% dos negócios privados, e os restantes 5% estão nas mãos de outras operadoras e pequenas empreiteiras.

O movimento é um exemplo da maior reformulação pela qual passará o setor de infraestrutura. Desde o processo de concessões e privatizações iniciado na metade da década de 1990, os investimentos foram liderados pelas grandes construtoras, com participação nas obras e também das concessões. Endividados, com menos obras públicas no Brasil e sem ter ainda assinado os acordos de leniência para a Operação Lava-Jato, esses grupos devem compartilhar espaço com novos investidores, que começam a aportar recursos no setor de infraestrutura, com destaque, na área de saneamento, para a vinda de empresas estrangeiras, fundos de investimentos internacionais e fundos soberanos.

Recentemente, a concessão de Araçatuba, interior paulista, que estava nas mãos da OAS Soluções Ambientais, que enfrenta recuperação judicial, mudou de mãos: a GS Inima, controladora da Ambient, responsável pelo tratamento de esgoto em Ribeirão Preto, e do serviço de saneamento de Mogi Mirim, no interior de São Paulo, adquiriu o ativo. A GS Inima planeja investir, em três anos, R\$ 100 milhões na cidade paulista.

Já a CAB Ambiental, do Grupo Galvão, também em recuperação judicial, atrai os olhares de várias empresas. Em novembro foi realizado um leilão do ativo, mas os interessados (entre eles Aegea e Suez) consideraram o preço mínimo de R\$ 600 milhões muito alto.

Em dezembro, uma nova tentativa de venda fracassou. Além do preço do ativo, as empresas teriam de aportar R\$ 150 milhões para tocar o dia a dia, sendo que há outros R\$ 300 milhões em dívidas de curto prazo, de até um ano de vencimento. O ativo, cujo outro acionista é o BNDESPar, com cerca de um terço do capital, continua sendo analisado por empresas, como a Suez, que tem visitado cidades onde a CAB tem concessões.

No início de abril, a prefeitura de Cuiabá, uma das maiores concessões da CAB, anunciou a intervenção administrativa no contrato, por 180 dias, o que pode levar ao seu rompimento. A alegação é de que os investimentos estão abaixo do previsto inicialmente. A concessionária irá tentar reverter a medida na Justiça.

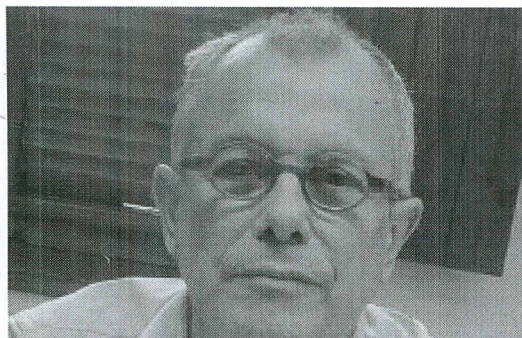
A desvalorização do real e as carências na área têm atraído o interesse estrangeiro. Grupos japoneses, como Marubeni, Sumitomo, Itochu, estão de olho no setor. A Itochu adquiriu 49% da participação da Queiroz Galvão na concessionária Águas do Brasil. Entre os investidores, o setor começa a entrar no radar de fundos de investimento internacionais, como o Brookfield, que teria interesse em ativos da Odebrecht Ambiental, e soberanos, como o GIC, de Cingapura. O GIC, recentemente, elevou sua participação na Aegea de 12% para 18%.

A troca de cadeiras não deverá contar com a participação das empresas estaduais de saneamento, nem as mais estruturadas, segundo um executivo de um dos maiores bancos de investimento. Primeiro, porque a crise hídrica pressionou o caixa dessas companhias e eliminou quaisquer pretensões de expansão além da sua área original. Segundo, a crise fiscal coloca ainda mais pressão sobre essas empresas, controladas pelos Estados. "Os governos estaduais perderam sua capacidade de investir e já privatizaram bancos, empresas de energia e rodovias, pode ser que tenhamos a venda das empresas de saneamento, que são o único grande ativo ainda que pode trocar de mãos", destaca o executivo.

30/05/2016 - 05:00

Oito municípios têm novos editais

Por Juan Garrido



Lima, da Águas do Brasil: município não colocou um centavo na concessão

Mesmo em meio às incertezas inerentes a um ano de eleições municipais, a expectativa do setor privado de saneamento é que o ritmo de evolução de novos contratos de concessões se mantenha estável nas cidades brasileiras em 2016. "Quanto à celebração de parcerias público-privadas (PPPs) nossa aposta é que teremos avanços mais significativos", diz Paulo Roberto de Oliveira, presidente da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon). Ele se baseia no fato de que o governo federal demonstra preocupação em incentivar - com medidas de maior segurança jurídica e de redução de entraves burocráticos - o avanço de um setor que necessita de grandes investimentos.

Oliveira espera que a vontade política dos futuros prefeitos leve em consideração o anseio popular. "As pessoas já despertaram para a necessidade de se investir em saneamento a fim de melhorar os índices de saúde e preservar o meio ambiente", diz.

A iniciativa privada está presente em 304 municípios, segundo a edição 2015 do Panorama Anual da Abcon, e deve atingir em torno de 320 municípios até o final do ano, prevê Oliveira.

Entre as concessões já formalizadas este ano estão as de São João de Meriti (RJ) (parcial de esgoto), Camboriú (SC), Penha (SC), Pará de Minas (MG), Santa Rita do Passa Quatro e Paraibuna (ambas em SP). "Outros oito municípios já publicaram o edital de licitação para concessão dos serviços de água e esgoto e esperamos que alguns contratos possam ser concluídos até dezembro", informa o executivo. São eles: Marília, Mogi Mirim, Artur Nogueira e Conchal (em SP); Bombinhas e Navegantes (em SC); São Mateus (ES); e Ubá (MG).

No mês que vem será lançada a edição 2016 do Panorama da Participação Privada no Saneamento e Oliveira adianta que entre as cidades consideradas "totalmente saneadas" aparecerão as paulistas Araçatuba, Guará, Jundiá, Matão, Ribeirão Preto e Votorantim, além de Barra do Garças (MT), Campo Grande (MS), Campos (RJ), Niterói (RJ), Primavera do Leste (MT).

A cidade pioneira em concessão de tratamento de esgoto foi Ribeirão Preto (SP) em 1994. Segundo a atual prefeita, Dárcy Vera, a adoção da modelagem de concessão parcial teve como principal objetivo atender a um grave problema ambiental: eram despejadas 27 toneladas por dia de esgoto in natura no Rio Pardo. "Ou seja, não existia nenhum tipo de tratamento de esgoto no município", recorda Dárcy, citando que para a implantação da concessão foram investidos US\$ 20 milhões.

No último levantamento do Instituto Trata Brasil, Ribeirão Preto aparece como o 8º melhor município do país em saneamento básico, com 100% de cobertura de água, 98,5% de coleta de esgoto e 81,05% de esgoto tratado. "O índice de pureza após o tratamento é de 98% e estamos estudando a ampliação do sistema para que sejam atingidos 100% de cobertura até 2018."

Um município que já atingiu 100% de esgotos tratados é o de Limeira. Segundo Tadeu Ramos, diretor de concessão da Odebrecht Ambiental em Limeira, o contrato é de concessão plena e a empresa é responsável por todos os serviços de abastecimento de água e tratamento dos esgotos no município. "A concessionária assumiu os serviços com 2% de esgotos tratados", diz, acrescentando que para o cumprimento das obrigações, de 1995 a 2039, os investimentos da Odebrecht deverão chegar a R\$ 600 milhões, em valores atuais.

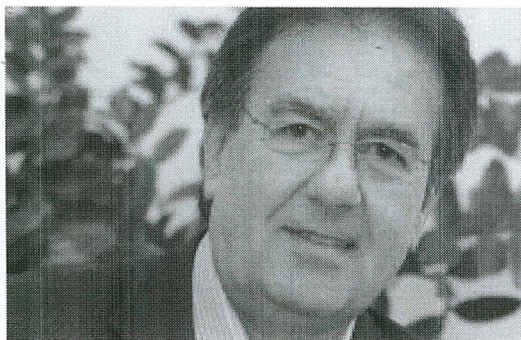
Limeira é hoje um dos poucos municípios que possuem os serviços universalizados no Brasil.

Outro município praticamente universalizado é Niterói (RJ). A prefeitura assinou contrato de concessão integral de serviços de água e esgoto em 1999 com a empresa Águas de Niterói, do Grupo Águas do Brasil. "O total de investimentos em água e esgoto de lá para cá foi de R\$ 700 milhões e o município não teve que colocar um centavo na concessão", diz Carlos Henrique da Cruz Lima, diretor do grupo, observando que a cidade já conta com 100% de abastecimento de água e 95% nos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Em Piracicaba (SP) o regime adotado foi o de PPP. O contrato foi assinado pela prefeitura com a Aegea Saneamento em meados de 2012 e nessa ocasião a cidade tratava 36% do esgoto coletado. Segundo Bruno Baldi, gerente jurídico da empresa parceira, em apenas dois meses Piracicaba atingia um percentual de tratamento de 72%. "Em julho de 2014, dois anos após a conclusão das principais obras de ampliação dos sistemas de tratamento, o município universalizou os serviços", diz.

30/05/2016 - 05:00

Insegurança jurídica pode elevar custos dos contratos

Por **Marcus Lopes**

Paulo Roberto de Oliveira, da Abcon: batalhas judiciais afastam investidores

O avanço das parcerias público-privadas (PPPs) no setor de saneamento em São Paulo esbarra na discussão entre o governo estadual e prefeituras sobre a titularidade dos serviços prestados à população, principalmente nas regiões metropolitanas. Os contratos podem ser comprometidos por decisões judiciais que questionam a autonomia exclusiva das prefeituras na contratação dos serviços privados.

Em abril de 2015, o Tribunal de Justiça de São Paulo acatou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) contra a Prefeitura de Guarulhos. O motivo foi uma PPP firmada entre a prefeitura, administrada pelo PT, e a empreiteira OAS para expansão dos serviços de tratamento de esgoto na cidade, no valor total de R\$ 6 bilhões.

Alckmin alega que o município não tem poderes para estipular sozinho as regras relativas ao saneamento, pois está inserido na região metropolitana. A posição do Executivo estadual é que as decisões devem ser compartilhadas entre a prefeitura e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A prefeitura recorreu e o caso ainda está na Justiça. Enquanto isso, a PPP, que prevê tratamento de 80% do esgoto guarulhense até o fim de 2017, está paralisada.

"Além de ser uma questão que envolve a região metropolitana, a Sabesp tem condições de auxiliar o município a elaborar as propostas técnicas para a PPP", afirma a advogada da Sabesp, Juliana Vieira dos Santos. Ela também reclama a dívida referente ao fornecimento de água pela companhia para o município, estimada hoje em cerca de R\$ 2,5 bilhões.

O superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos (Saae), Afrânio de Paula Sobrinho, explica que o serviço de tratamento de esgoto não atinge outros municípios e, por isso, não é uma questão metropolitana. "Seria diferente no caso da captação de água, em que o mesmo reservatório pode ser compartilhado por várias cidades", diz Sobrinho. O Saae informa que há conversações com a Sabesp para o equacionamento da dívida pelo fornecimento de água.

Segundo especialistas, imbróglis jurídicos como o de Guarulhos podem comprometer as PPPs, pois geram temor entre os parceiros privados. "A estabilidade jurídica é fundamental para que o investidor coloque seu dinheiro no projeto", afirma o especialista em parcerias público-privadas e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Alexandre Motonaga. A insegurança provocada por decisões judiciais ou mesmo pareceres desfavoráveis dos tribunais de contas, diz Motonaga, eleva o risco da PPP e o custo dos contratos.

"O valor cobrado pelo investidor privado é proporcional ao risco. Quanto maior o risco, mais caro ele vai cobrar", diz Motonaga. Segundo ele, o ideal seria a criação de uma autoridade metropolitana que envolvesse o governo do Estado e as prefeituras para o planejamento conjunto de serviços como transporte e saneamento.

O presidente da Associação Paulista de Empresas de Consultoria e Serviços em Saneamento e Meio Ambiente (Apecs), Luiz Roberto Pladevall, defende um marco regulatório para as PPPs. "Antes do estabelecimento de um marco regulatório que ofereça segurança jurídica para a celebração de PPPs no setor de saneamento, pacificando a discussão quanto às competências outorgantes e respectivos cronogramas de investimentos, a celebração de contratos estará comprometida", justifica Pladevall.

Para o presidente da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), Paulo Roberto de Oliveira, batalhas judiciais que afastam os investidores podem representar um retrocesso. "O saneamento no Brasil necessita ter o segmento privado como um player que possa atuar como alternativa eficaz para que o país deixe de conviver com a falta de coleta e tratamento de esgoto. Para isso, é imprescindível termos um ambiente jurídico e regulatório sólido", diz Oliveira.